

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA

CNPJ Nº 54.848.361/0001-11

BALANÇO PATRIMONIAL

do exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

<u>A T I V O</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVO CIRCULANTE		9.184.635,70	10.596.116,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		732.043,35	287.912,43
Caixas e Bancos	4.A	70.337,06	15.579,45
Aplicações Financeiras	4.A	661.706,29	272.332,98
REALIZÁVEL		8.452.592,35	10.308.203,93
Contas a Receber	4.B	6.538.867,40	9.036.820,72
Estoques	4.C	634.356,22	861.138,47
Impostos a Recuperar		21.039,67	18.468,99
Adiantamentos		75.750,56	79.420,15
Outros Ativos Circulantes	4.D	1.182.578,50	312.355,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.188.076,30	10.371.881,76
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.811,76	54.867,79
Depósitos Judiciais	4.E	54.811,76	54.867,79
ATIVO IMOBILIZADO	4.F	10.133.264,54	10.317.013,97
Imobilizado		16.662.719,87	16.171.463,11
(-) Depreciação Acumulada		(6.529.455,33)	(5.854.449,14)
TOTAL DO ATIVO		19.372.712,00	20.967.998,12

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



<u>P A S S I V O</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PASSIVO CIRCULANTE		13.119.901,13	15.378.607,63
Ressarcimento SUS	5.2	161.113,98	266.030,36
Prestadores de Serviços		3.864.777,84	4.469.717,72
Obrigações Trabalhistas	4.I	3.464.610,07	4.858.012,20
Tributos e Contribuições	4.H.1	1.345.202,75	2.325.880,48
Tributos e Contribuições Parcelados	4.H.2	1.300.124,03	899.605,49
Empréstimos e Financiamentos	4.G	1.547.788,06	1.611.017,02
Fornecedores		409.954,67	573.516,30
Outros Passivos Circulantes	4.J	1.026.329,73	374.828,06
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.935.101,87	7.860.791,91
Ressarcimento SUS	5.2	91.648,38	64.472,96
Provisão para Contingência	5.1	324.179,96	233.281,40
Tributos e Contribuições Parcelados	4.H.2	4.722.539,39	4.176.936,61
Empréstimos e Financiamentos	4.G	3.703.129,11	990.921,41
Outros Passivos não Circulantes	4.L	835.353,40	38.748,34
Receitas Diferidas	14.1	2.258.251,63	2.356.431,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(5.682.291,00)	(2.271.401,42)
Patrimônio Social		(2.868.644,62)	(2.018.566,78)
Déficit do Exercício		(2.813.646,38)	(252.834,64)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.372.712,00	20.967.998,12
<i>(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)</i>			

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2018 conforme documentação apresentada.

Edinaldo Barbosa Lima
Provedor
CPF: 059.557.349-53

Sergio Fantini
Tesoureiro
CPF: 207.577.788-87

Visão Escritório Contábil SS Ltda
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando José De Carli
Contador CRC 1SP190.414/0-7

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA**CNPJ Nº 54.848.361/0001-11****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****do exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(em Reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES			
SUS		4.731.451,42	4.886.214,12
Convênios/Particulares		23.686.581,48	25.149.454,85
Convênio Municipal - Hemodialise	14.3.4	674.003,04	922.288,55
Convênio Municipal - PSF	14.3.3	8.118.292,41	8.509.432,68
Convênio Municipal - Eletivas	14.3.2	422.178,43	345.348,59
Convênio Municipal - Urgência e Emergência	14.3.1	10.752.766,71	7.661.450,00
Convênio Estadual	14.2	967.248,18	1.207.564,80
	7	49.352.521,67	48.681.753,59
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
Glosas de Serviços		(646.357,32)	(448.221,16)
		(646.357,32)	(448.221,16)
(=) RECEITAS LÍQUIDAS		48.706.164,35	48.233.532,43
(-) CUSTO DO SERVIÇO HOSPITALAR			
Pessoal		(21.656.437,82)	(21.817.724,40)
Honorários Médicos		(12.959.047,85)	(12.893.794,50)
Despesas Gerais		(7.768.833,12)	(5.488.828,92)
Materiais e Medicamentos		(6.680.198,61)	(6.055.685,41)
		(49.064.517,40)	(46.256.033,23)
(=) DÉFICIT BRUTO		(358.353,05)	1.977.499,20
Doações, Campanhas e Outros	13	1.277.461,42	851.062,02
Receitas Patrimoniais		85.312,95	85.179,64
Receitas com Aluguéis e Participações		1.897.128,03	1.248.846,79
		3.259.902,40	2.185.088,45
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal - Administrativo e Apoio		(2.021.141,10)	(2.003.480,66)
Despesas Gerais Adm		(111.377,93)	(152.446,88)
Depreciação		(675.006,19)	(754.353,74)
Despesas INSS/COFINS - Gratuidade	10	(6.466.802,86)	(7.020.984,68)
Receita INSS/COFINS - Gratuidade		6.466.802,86	7.020.984,68
Despesas - Trabalho Voluntário	11	(11.781,82)	(12.598,74)
Receita - Trabalho Voluntário		11.781,82	12.598,74
Provisões para Contingências		(1.559.029,12)	(388.712,11)
		(4.366.554,34)	(3.298.993,39)
(+/-) DESPESAS / RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas Financeiras		302.113,40	485.445,74
Despesas Financeiras		(1.650.754,79)	(1.601.874,64)
		(1.348.641,39)	(1.116.428,90)
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(2.813.646,38)	(252.834,64)

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2018 conforme documentação apresentada.

Edinaldo Barbosa Lima
Provedor
CPF: 059.557.349-53

Sergio Fantini
Tesoureiro
CPF: 207.577.788-87

Visão Escritório Contábil SS Ltda
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando José De Carli
Contador CRC 1SP190.414/0-7

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA
CNPJ Nº 54.848.361/0001-11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
do exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em Reais)

HISTÓRICO	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31.12.16	(856.739,54)	(511.930,50)	(1.368.670,04)
Ajuste de exercícios anteriores: Retificação de erros de exercícios anteriores Transferência para o Patrimônio Social Déficit Líquido do Exercício	(649.896,74) (511.930,50) - -	- 511.930,50 (252.834,64) -	(649.896,74) - (252.834,64) -
SALDO EM 31.12.17	(2.018.566,78)	(252.834,64)	(2.271.401,42)
Ajuste de exercícios anteriores: Retificação de erros de exercícios anteriores Transferência para o Patrimônio Social Déficit Líquido do Exercício	(597.243,20) (252.834,64) - -	- 252.834,64 (2.813.646,38) -	(597.243,20) - (2.813.646,38) -
SALDO EM 31.12.18	(2.868.644,62)	(2.813.646,38)	(5.682.291,00)

Edinaldo Barbosa Lima
Provedor
CPF: 059.557.349-53

Sergio Fantini
Tesoureiro
CPF: 207.577.788-87

Visão Escritório Contábil S5 Ltda
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando José De Carli
Contador CRC 1SP190.414/0-7

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA**CNPJ Nº 54.848.361/0001-11****DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA****do exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2.018	2.017
Déficit do Exercício	(2.813.646,38)	(252.834,64)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	675.006,19	754.353,74
Ajustes de exercícios anteriores	(597.243,20)	(649.896,74)
Redução (aumento) do ativo		
Contas a Receber	2.497.953,32	(3.326.447,30)
Estoques	226.782,25	(352.574,21)
Impostos a Recuperar	(2.570,68)	(293,93)
Adiantamentos	3.669,59	(27,38)
Outros Ativos Circulantes	(870.222,90)	(257.207,14)
Depósitos Judiciais	56,03	(53.842,94)
Aumento (redução) do passivo		
Ressarcimento SUS	(77.740,96)	44.338,00
Prestadores de Serviços	(604.939,88)	2.351.786,10
Obrigações Trabalhistas	(1.393.402,13)	1.336.827,80
Tributos e Contribuições	(34.556,41)	3.130.085,59
Fornecedores	(163.561,63)	(631.918,27)
Outros Passivos Circulantes	651.501,67	125.684,79
Provisão para Contingência	90.898,56	(9.353,17)
Outros Passivos não Circulantes	796.605,06	-
Receitas Diferidas	(98.179,56)	(306.597,38)
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	(1.713.591,06)	1.902.082,92
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(491.256,76)	(498.927,50)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(491.256,76)	(498.927,50)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento (diminuição) de empréstimos	2.648.978,74	(1.714.824,38)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	2.648.978,74	(1.714.824,38)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	444.130,92	(311.668,96)
Caixa e equivalentes no Início do Período	287.912,43	599.581,39
Caixa e equivalentes no Fim do Período	732.043,35	287.912,43
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	444.130,92	(311.668,96)

Edinaldo Barbosa Lima
Provedor
CPF: 059.557.349-53

Sergio Fantini
Tesoureiro
CPF: 207.577.788-87

Visão Escritório Contábil SS Ltda
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando José De Carli
Contador CRC 1SP190.414/0-7

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA
CNPJ No. 54.848.361/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 - ENTIDADE

a. Reconhecimento de utilidade pública

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga, constituída em 10 de Fevereiro de 1902, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, destinada a prática de beneficência e caridade, que dispensa socorros a todos os enfermos, de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, condição social ou religião, sendo, pois, uma entidade filantrópica com a personalidade jurídica distinta da de seus associados, com reconhecimento de utilidade pública pelas autoridades Federais, Estaduais e Municipais. Tem ainda, como sua finalidade;

a) dispensar assistência médico-hospitalar a todos os enfermos e acidentados, principalmente àqueles reconhecidamente pobres e necessitados; b) manter leitos e serviços hospitalares para uso público ou particular, sem distinção de raça, cor, sexo, credo ou religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos em vigor e que vigorar sobre a matéria.

Está sediada à Avenida Newton Prado, nº. 1883, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº. 54.848.361/0001-11, possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS – SAÚDE) através da Resolução CNAS nº 03, de 23/01/2009 publicada no (DOU) em 26/01/2009. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga renovou seu Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos em 2018, com vigência entre 01/01/2019 a 31/12/2021 conforme Portaria nº 768/18.

b. Administração

Conforme aprovação em 31 de março de 2015 do novo Estatuto Social, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga compõe-se de um número ilimitado de irmãos, classificado como Remidos, Efetivos, Benfeitores e Beneméritos. A entidade é constituída de um Conselho Superior composto do Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, mais 4 (quatro) membros efetivos, e 4 (quatro) suplentes, de um Conselho Fiscal composto por Presidente, 2 (dois) membros efetivos e 01 (hum) suplente. No dia-a-dia a Irmandade é gerida por uma Mesa Administrativa constituída do Provedor, 1º Vice-Provedor, 2º Vice-Provedor, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro além de um Conselho Fiscal, eleitos através de Assembléia Geral da Irmandade para um mandato de dois anos. A Entidade não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, e dos Conselhos Fiscais e Deliberativos e não distribuem lucros, bonificação ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma de pretexto.

c. Manutenção financeira

Os Recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Santa Casa são provenientes principalmente de:

- Contratualização com o Município para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS;

- Contrato com o Estado para atendimento dos pacientes do Programa PRO SANTA CASA II;
- Contratos de prestação de serviços com convênios particulares;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos de pessoas físicas e jurídicas;

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela lei 11.638/07, da lei nº 11.941/09, da Resolução do CFC nº. 1.409/12 que aprovou a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto Lei nº 8.242, de 23/05/2014.

III – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03 - Principais Práticas Contábeis

- a) Contas de resultado são reconhecidas e contabilizadas mensalmente segundo o regime contábil de competência.
- b) Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis em prazo até 360 dias estão apresentados no circulante e após 360 dias (não circulante) estão no realizável e exigível a longo prazo;
- c) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;
- d) No contas a receber são registrados e mantidos pelo seu valor nominal considerando o regime de competência das operações. Quando julgado necessário é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa num montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na sua realização
- e) Estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado.
- f) Ativo Imobilizado são registrados e demonstrados nas demonstrações contábeis pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações pelo método linear, de acordo com a legislação fiscal, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, conforme apontado nos Laudos Técnicos.
- g) A provisão de férias está calculada de acordo com os direitos adquiridos pelos funcionários e com os respectivos encargos sociais até a data do balanço;
- h) Com relação aos impostos e contribuições, conforme legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga é uma entidade filantrópica e está isenta da contribuição Patronal e Terceiros ao INSS, bem como isenta de COFINS e PIS sobre faturamento, CSLL e IRPJ;
- i) O faturamento efetivo é resultante da prestação de serviços médicos e hospitalares, bem como valor relativo às Contraprestações pecuniárias a receber do Plano de Assistência à Saúde.
- j) Ajuste a valor presente – os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, quando relevantes, são ajustados a valor presente,

tomando por base a origem da transação. Na data base deste Balanço, a Irmandade constatou a necessidade de registrar referidos ajustes com relação aos empréstimos, em decorrência da aplicação dessa prática contábil;

NOTA 04 – RESUMO DE SALDOS CONTÁBEIS

A – As contas de caixa e banco estão representadas conforme abaixo:

	2018	2017
Descrição	R\$	R\$
Caixa e Banco	70.337,06	15.579,45
Aplicações Financeiras	661.706,29	272.332,98
Total	<u>732.043,35</u>	<u>287.912,43</u>

B - As contas a receber representam o faturamento da efetiva prestação de serviços médicos e hospitalares, bem como valor relativo às Contraprestações pecuniárias a receber do Plano de Assistência à Saúde, conforme abaixo:

	2018	2017
Descrição	R\$	R\$
Contraprestações Pecuniárias – Plano Saúde	10.350,02	10.350,02
Convênio SUS – AIH e Ambulatório	325.677,86	586.513,96
Outros Convênios	6.394.124,23	8.631.241,45
(-) Provisão p/ perda s/ créditos	<u>-191.284,71</u>	<u>-191.284,71</u>
Total	<u>6.538.867,40</u>	<u>9.036.820,72</u>

- Os saldos do SUS representam valores a receber do Governo Federal por serviços prestados segundo as normas estabelecidas pelo Convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde.

- As Contraprestações Pecuniárias são valores a receber, relativo ao Plano de Saúde mantido por esta Entidade.

- Os Outros convênios estão compostos de valores a receber da Prefeitura Local relativo ao Contrato com finalidade de atendimento de Urgência e Emergência e também a Implantação dos Programas – Saúde da Família e demais convênios a receber mantidos com empresas.

C - Os estoques em 31 de dezembro estão avaliados pelo custo médio, que não supera o valor de mercado, está assim composto:

	2018	2017
Descrição	R\$	R\$
Gêneros Alimentícios	44.819,15	49.473,54
Almoxarifado	361.909,77	514.937,07
Farmácia	101.630,71	75.305,47
Laboratório	21.246,08	69.200,46
Farmácia Centro Cirúrgico	52.872,62	46.402,76
Almoxarifado Manutenção	<u>51.877,89</u>	<u>105.819,17</u>
Total	<u>634.356,22</u>	<u>861.138,47</u>

D – A conta outros ativos circulantes está composta pelos seguintes valores:

	2018	2017
Descrição	R\$	R\$
Direitos sobre contrato (participação)	1.160.745,47	243.439,27
Demais Direitos a Receber	21.833,03	68.916,33
Total	1.182.578,50	312.355,60

E – A conta Realizável a Longo Prazo no Ativo não Circulante, refere-se a depósitos judiciais.

F – O Ativo Imobilizado está demonstrado com base no valor original de custo, alteradas de acordo os Laudos Técnicos, como segue:

CUSTO	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
EDÍFIÇOS E TERRENOS	8.665.455,50	-	-	-	8.665.455,50
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.184.151,56	485.916,21	-	-	6.670.067,77
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	260.744,49	3.180,55	-	-	263.925,04
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	1.016.517,46	3.160,00	-	-	1.019.677,46
VEÍCULOS	44.794,10	-	-	-	44.794,10
TOTAL	16.171.463,11	491.256,76	-	-	16.662.719,87

DEPRECIACÃO ACUMULADA	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
EDÍFIÇOS E TERRENOS	(1.288.459,41)	(162.429,72)	-	-	(1.450.889,13)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(3.787.340,32)	(431.066,26)	-	-	(4.218.406,58)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	(149.826,70)	(22.933,45)	-	-	(172.760,15)
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	(584.048,61)	(59.176,76)	-	-	(643.225,37)
VEÍCULOS	(44.794,10)	-	-	-	(44.794,10)
TOTAL	(5.854.449,14)	(675.006,19)	-	-	(6.529.455,33)
TOTAL LÍQUIDO	10.317.013,97	(183.749,43)	-	-	10.133.264,54

G – Os empréstimos bancários, com registros no Passivo Circulante e não circulante constituem em valores tomados junto as Instituições Financeiras, acrescidas dos correspondentes encargos financeiros, deduzido das respectivas amortizações até a data do balanço, o qual está garantido com os valores que a Irmandade tem a receber junto SUS mensalmente. A seguir demonstração dos saldos:

	Término	2018	2017
Credores		R\$	R\$
Caixa Econômica Federal – juros 1,05%	dez/19	-	1.984.818,45
Caixa Econômica Federal – juros 1,40%	nov/18	-	274.014,36
Caixa Econômica Federal – juros 1,40%	jun/23	4.620.385,50	-
Santander – juros 1,46%	mai/19	104.542,50	355.444,50
Santander – juros 1,46%	nov/20	1.847.087,53	-
Outros Empréstimos	-	423.970,62	279.870,69
(-) juros sobre as parcelas a vencer	-	(1.745.068,98)	(292.209,57)
Total		5.250.917,17	2.601.938,43

	2018	2017
Distribuição - Curto e Longo Prazo	R\$	R\$
Curto Prazo	1.547.788,06	1.611.017,02
Longo Prazo	3.703.129,11	990.921,41
Total	5.250.917,17	2.601.938,43

H. Obrigações Sociais e Tributárias a Recolher

h.1. Estão registrados os valores a pagar referente ao INSS, FGTS, ISS e Imposto de Renda Retido na Fonte, que serão pagos no exercício seguinte, conforme demonstrativo abaixo:

	2018	2017
Tributos e Encargos a Pagar	R\$	R\$
Imposto sobre Serviços - ISS	104.842,06	413.195,61
INSS - Folha de Pagamento	163.844,83	475.850,81
FGTS - Folha de Pagamento	740.181,19	741.389,52
IRRF - Folha de Pagamento	194.923,26	273.888,27
IRRF - Retenção de Terceiros	8.324,27	37.324,01
INSS - Retenção de Terceiros	4.426,19	3.906,64
Outros Tributos e Contribuições	128.660,95	380.325,62
Total	1.345.202,75	2.325.880,48

h.2. A Entidade possui parcelamentos de impostos junto a PGFN, Receita Federal e Procuradoria conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Tributos e Encargos Parcelados	R\$	R\$
FGTS - Parcelamento	1.871.446,86	1.095.938,65
INSS - Parcelamento	739.103,13	895.120,31
PRT - INSS	1.253.485,39	1.272.151,78
PRT - IRRF/CSRF	1.001.678,98	1.013.963,39
IRRF/CSRF - Parcelamento	916.045,70	781.262,43
ISS - Parcelamento	228.832,98	0,00
Demais Parcelamentos	12.070,38	18.105,54
Total	6.022.663,42	5.076.542,10

	2018	2017
Distribuição - Curto e Longo Prazo	R\$	R\$
Curto Prazo	1.300.124,03	899.605,49
Longo Prazo	4.722.539,39	4.176.936,61
Total	6.022.663,42	5.076.542,10

I. As obrigações trabalhistas que totalizam em R\$ 3.464.610,07 referem-se a salários encargos sociais a serem pagos no mês subsequente ao encerramento, acrescido das provisão de férias.

As provisões de férias foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, incluído os encargos sociais correspondentes, totalizando R\$ 2.031.343,44.

J- A conta outros passivos circulantes é composta pelos seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Acordos e Processos Judiciais	840.288,37	252.267,10
Empréstimo Consignado - Funcionários	123.137,54	122.560,96
Demais Passivos Circulantes	62.903,82	69.340,12
Total	1.026.329,73	374.828,06

L- A conta outros passivos não circulantes é composta pelos seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Acordos e Processos Judiciais	796.605,06	-
Demais Passivos Não Circulantes	38.748,34	38.748,34
Total	835.353,40	38.748,34

NOTA 05 - CONTINGÊNCIAS, ÔNUS E GRAVAMES

5.1- Conforme informações de nossos advogados existem diversos processos judiciais, administrativos, trabalhistas, tributários e previdenciários cujo valor inicial perfaz o montante:

	2018	2017
PROCESSOS	R\$	R\$
Provável	324.179,96	233.281,40
Possível	3.054.863,94	2.654.311,94
Total	3.379.043,90	2.887.593,34

Diante dos fatos demonstrados acima a entidade mantém contabilizadas as provisões para contingências passiva no montante de R\$ 324.179,96.

5.2- Também há processos de cobrança perante a Agência Nacional de Saúde (ANS) referente ao Ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 252.762,36 o qual já se encontra contabilizado.

NOTA 06 – SEGUROS

A Entidade possui seguros do seu patrimônio contra riscos e contra terceiros, conforme demonstrado abaixo:

Seguradora	Bem	Vigência	R\$ Cobertura
Mapfre Seguros	Uno Furgão Fiorino 08	08/01/2018 à 08/01/2019	80.000
Mapfre Seguros	Uno Furgão Fiorino 98	08/01/2018 à 08/01/2019	50.000

NOTA 07 - DAS RECEITAS

As Receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis. Segue o demonstrativo:

Descrição	2018	%	2017	%
Convênio com SUS	4.731.451,42	10	4.886.214,12	10
Outras receitas e serviços	44.621.070,25	90	43.795.539,47	90
Total	<u>49.352.521,67</u>	<u>100</u>	<u>48.681.753,59</u>	<u>100</u>

NOTA 08 – DESPESAS

As despesas da Entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 09 – PACIENTES ATENDIDOS E OUTROS

Em atendimento às disposições do Decreto nº. 8.242/2014 e normas da Portaria nº. 834/2016, segue demonstração da quantidade de pacientes atendidos em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS

Descrição	2018	%	2017	%
Leitos Existentes	Qtde		Qtde	
- Total Disponível ao SUS	58	60	58	60
- Total Disponível no Hospital	<u>97</u>	<u>100</u>	<u>97</u>	<u>100</u>
Atendimento Ambulatorial/PS				
- Total SUS	280.601	81	286.227	75
- Total Geral	<u>347.291</u>	<u>100</u>	<u>379.262</u>	<u>100</u>
Internações - Paciente/dia				
- Total SUS	10.265	69	11.174	69
- Total Geral	<u>14.869</u>	<u>100</u>	<u>16.056</u>	<u>100</u>

NOTA 10 - ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIAS E TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS

A Isenção das contribuições sociais usufruídas no exercício é composta dos seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Cota Patronal (INSS+SAT+Terceiros)	4.993.803,22	5.677.899,11
Cofins	1.472.999,64	1.343.085,57
Total	6.466.802,86	7.020.984,68

NOTA 11 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo a Resolução CFC Nº 1409 de 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG-2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Tendo em vista que o reconhecimento dos valores mensurados a título de Receita de Trabalhos Voluntário tem a mesma contrapartida de Despesas dos Trabalhos Voluntário, o procedimento não implica em alteração do Superávit/Déficit do exercício, nem nos fluxos de caixa.

A mensuração dos trabalhos voluntários do Grupo Diretoria foi efetuada com base nas horas despendidas e avaliadas pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais com base nos salários administrativos aplicados na Entidade.

QUADRO DEMONSTRATIVO REFERENTE AO TRABALHO VOLUNTARIADO

Descrição	Mensuração/18	Mensuração/17
Reuniões	17	17
Participantes	5	5
Total de horas	144	154
Valores R\$	<u>11.781,82</u>	<u>12.598,74</u>

NOTA 12 - DESTINAÇÕES

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, e demonstrado pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

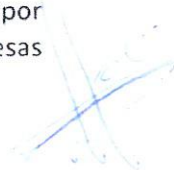
NOTA 13 - DOAÇÕES / CAMPANHAS E OUTROS

Doações: São transferências feitas em caráter definitivo de recursos financeiros ou do direito da propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do benefício dos recursos.

Neste exercício a Irmandade recebeu de doações, campanhas e outros, o total de R\$ 1.277.461,42.

NOTA 14 – SUBVENÇÕES / CONVÊNIOS / AUXÍLIOS

14.1- Subvenções: São as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas



com a manutenção e o custeio destas assim como para investimentos ao patrimônio, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens de serviço da beneficiária dos recursos. Convênios: Acordos firmados entre organizações públicas ou entre estas e instituições privadas sem fins lucrativos para a realização de objetivos de mútuo interesse entre as partes.

Auxílios: Transferências de capital previstos em lei orçamentária ou especial, repassados a entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

A Entidade recebeu Subvenções do Poder Público para fazer face manutenção de suas atividades, bem como para ampliação de seus ativos, tendo sido o total recebido integralmente aplicado nas mesmas.

	2018	2017
Descrição	R\$	R\$
Prefeitura Municipal de Pirassununga	19.967.240,59	17.379.172,14
Governo do Estado de São Paulo	967.248,18	1.207.564,80
Governo Federal	-	59.347,68
Total	<u>20.934.488,77</u>	<u>18.646.084,62</u>

Descrição das Subvenções / Convênios / Auxílios reconhecidas em 2018 e suas finalidades:

14.2- Estadual

14.2.1- Pró Santa Casa II: conforme Convênio 065/2015, com a finalidade de custeio das atividades com SUS-Pro Santa Casa II no valor total de R\$ 922.437,90;

14.2.2- Verbas Cartorárias: Verba recebidas no valor total de R\$ 45.337,53, relativo a verbas cartorárias, para fins de cobrir despesas da entidade;

14.3- Municipal

14.3.1- Urgência e Emergência: com a finalidade específica de manutenção do atendimento de URGÊNCIA / EMERGÊNCIA conforme Lei nº 5.200 de 29/01/2018 e Lei nº 5.387 de 25/09/2018 sendo contabilizado em 2018 como receita pelo regime de competência o total de R\$ 10.752.766,71;

14.3.2- Cirurgias Eletivas: Convênio firmado conforme Lei nº 5.399 de 25/10/2018, Lei nº 5.230 de 06/04/2018 e Decreto nº 7.246 de 04/12/2018 sendo contabilizado em 2018 como receita pelo regime de competência o total de R\$ 422.178,43;

14.3.3- Programa Saúde da Família: execução do programa autorizado pela Lei nº 5.081 de 09/03/2017, prorrogado pela Lei nº 5.202 de 29/01/2018, Lei nº 5.366 de 27/08/2018, Lei nº 5.405 de 08/11/2018 e Lei nº 5.411 de 28/11/2018, sendo contabilizado em 2018 como receita pelo regime de competência o total de R\$ 8.118.292,41;

14.3.4- Terapia Renal – Hemodiálise: execução do convênio com a finalidade específica de prestação de serviços de terapia renal substitutiva - Hemodiálise conforme Lei nº 5.198 de 29/01/2018 prorrogado pela Lei nº 5.322 de 02/08/2018, sendo contabilizado em 2018 como receita pelo regime de competência o total de R\$ 674.003,04;

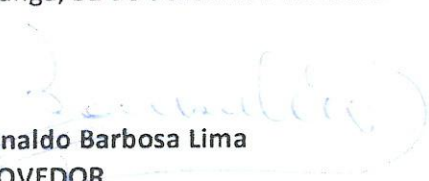
14.4- Federal

14.4.1- Durante o exercício de 2018 a Entidade recebeu verba específica para aquisição de imobilizado conforme Convênio nº 786228/2013 no valor de R\$ 232.500,00, contabilizado como receita diferida no passivo não circulante;

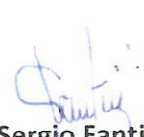
NOTA 15 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento até a presente data, qualquer outro evento subsequente, que possa afetar de forma relevante à posição patrimonial e financeira da entidade.

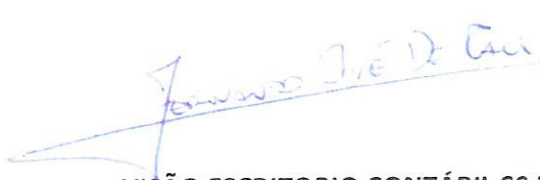
Pirassununga, 31 de dezembro de 2018.



Edinaldo Barbosa Lima
PROVEDOR
CPF: 059.557.349-53



Sergio Fantini
TESOUREIRO
CPF: 207.577.788-87



VISÃO ESCRITÓRIO CONTÁBIL SS LTDA
CNPJ: 09.559.292/0001-71
Fernando José De Carli
Contador CRC 1SP190.414/O-7
CPF 185.215.378-40



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA

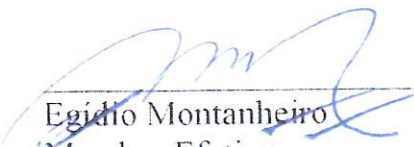
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e as demais contas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018, dão de parecer que os membros traduzem fielmente a situação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga, devendo, portanto, ser aprovados pela assembleia geral.

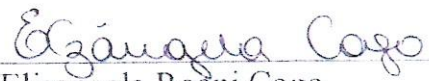
Pirassununga (SP), 31 de Dezembro de 2018.



Celso Celestino do Bomfim
Presidente do Conselho Fiscal
CPF: 552.511.538-72



Egidio Montanheiro
Membro Efetivo
CPF: 022.747.368-04



Elisângela Roani Cogo
Membro Efetivo
CPF: 038.665.848-89

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Senhor Provedor da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA

Pirassununga (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRASSUNUNGA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade Operacional

Sem ressaltar nossa opinião, nos termos da NBC TA 570, chamamos a atenção para o fato de que, no exercício de 2018, a Entidade apurou um déficit no valor de R\$ 2.813.646,38, (em 2017 apurou-se um déficit de R\$ 252.834,64), e a soma do passivo circulante e não circulante da Entidade excedeu o total do ativo circulante e não circulante, indicando um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 5.682.291,00.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

ARAÇATUBA
Rua Bandeirantes, 1.438
Jardim Sumaré •
CEP: 16015-250
Tel.: (18) 3117-4500

BAURU
Rua Monsenhor Claro, 10-70 • Sala 201 • 2º ANDAR
Edifício Luzi Empresarial • Altos da Cidade •
CEP: 17014-360
Tel.: (14) 3018-1755

BARUERI • SÃO PAULO
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939
Conjunto 802 • Torre Jacarandá • Alphaville
CEP: 06460-040
Tel.: (11) 3280-1755

www.azevedo.cnt.br
contato@azevedo.cnt.br

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

ARAÇATUBA
Rua Bandeirantes, 1.438
Jardim Sumaré •
CEP: 16015-250
Tel.: (11) 3117-4500

BAURU
Rua Monsenhor Claro, 10-70 • Sala 201 • 2º ANDAR
Edifício Luzi Empresarial • Altos da Cidade •
CEP: 17014-360
Tel.: (14) 3018-1755

BARUERI • SÃO PAULO
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939
Conjunto 802 • Torre Jacaranda • Alphaville
CEP: 06460-040
Tel.: (11) 3280-1755

www.azevedo.cnt.br
contato@azevedo.cnt.br

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 14 de março de 2019.



Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC: 1SP292909/O-6

ARAÇATUBA
Rua Bandeirantes, 1.438
Jardim Sumaré •
CEP: 16015-250
Tel.: (18) 3117-4500

BAURU
Rua Monsenhor Claro, 10-70 • Sala 201 • 2º ANDAR
Edifício Luzi Empresarial • Altos da Cidade •
CEP: 17014-360
Tel.: (14) 3018-1755

BARUERI • SÃO PAULO
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939
Conjunto 802 • Torre Jacarandá • Alphaville
CEP: 06460-040
Tel.: (11) 3280-1755

www.azevedo.cnt.br
contato@azevedo.cnt.br